

# Argentina terá curso sobre gênero obrigatório para carteira de habilitação

[\(Universa | 24/02/2021\)](#)

A Argentina anunciou hoje que exigirá um curso sobre gênero obrigatório para pessoas que queiram tirar a carteira de habilitação no país. A medida é voltada para a conscientização sobre questões da mulher, já que o conteúdo incluirá temas como patriarcado, feminicídio e a participação feminina no setor de transportes.

A resolução publicada hoje no Diário Oficial argentino afirma que o objetivo do novo módulo a ser incluído na formação obrigatória dos novos condutores é “questionar e promover valores de igualdade e deslegitimação da violência contra a mulher na direção de veículos, nas vias públicas, segurança veicular e tudo o que se relaciona com o assunto”.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

---

## Aborto é uma questão de saúde pública, não de ideologia, diz Eva Blay

*Recentemente, a Argentina foi o primeiro país da América Latina a descriminalizar o aborto, fruto da participação das mulheres na vida pública, propiciada por uma cultura política que se formou lá desde o século 19, que foi a do incentivo à leitura. Stella Franco também comenta o assunto*

[\(Jornal da USP | 26/01/2021\)](#)

A Argentina foi o primeiro grande país da América Latina a descriminalizar o aborto. Agora, todas as mulheres maiores de 16 anos podem fazer a escolha de prosseguir ou interromper a gravidez até a 14ª semana de gestação. A conquista ocorreu após uma mobilização histórica feminina, com muitas manifestações e pressão política.

Sobre a mobilização feminina na Argentina, a professora do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, Stella Franco, explica: “Na Argentina, a participação das mulheres na vida pública foi muito favorecida por uma cultura política que se formou lá desde o século 19, que foi do incentivo à leitura, à discussão, que a gente chama de ampliação do espaço republicano. Os argentinos se tornaram leitores e isso favoreceu uma autonomia do campo das ideias, uma autonomia do campo intelectual e isso afetava também, obviamente, a vida das mulheres, que passaram a ler, a estudar, que almejavam se formar na universidade e também participar dos debates públicos, que também afetavam a vida delas.”

[...]

A Professora Emérita da FFLCH, Eva Blay, em 1993, atuando como senadora, apresentou o projeto de lei que permitia a legalização do aborto até a 12ª semana de gestação. Ela denunciou o número preocupante de mulheres que corriam risco de vida devido ao procedimento ilegal e defendeu que a questão fosse debatida, antes de qualquer ideologia, como uma pauta da saúde pública. Na época, ela sofreu diversos ataques da comunidade cristã e o projeto foi arquivado.

**[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)**

---

# Grupo ajuda brasileiras a abortarem e planeja fretar ônibus para Argentina

[\(Universa | 18/01/2021 | Por Camila Brandalise\)](#)

Desde que a roteirista e diretora audiovisual Juliana Reis, 57, fundou o grupo Milhas Pela Vida das Mulheres, em setembro de 2019, cerca de 1.700 mulheres morreram por complicações decorrentes de um aborto clandestino no Brasil, segundo estimativa baseada em dados do Ministério da Saúde. No site do grupo, uma espécie de placar vai sendo atualizado com números relacionados ao aborto no Brasil, entre eles esse, sobre mortalidade.

Criado para ajudar mulheres a viajar para o exterior e interromper, legalmente, uma gravidez indesejada, o grupo já prestou auxílio, coincidentemente, a outras 1.700 mulheres que queriam interromper a gestação.

[\*\*\*Acesse a matéria completa no site de origem.\*\*\*](#)

---

## **Em decisão histórica, Argentina aprova direito de mulher decidir**

# sobre aborto

*Após chancela do Senado, país torna-se 1º grande da região a legalizar interrupção da gravidez*

[\(Folha de S.Paulo | 30/12/2020 | Por Sylvia Colombo\)](#)

Após uma aguardada sessão que durou 12 horas, o Senado da Argentina aprovou, na madrugada desta quarta-feira (30), o [direito de a mulher optar pelo aborto até a 14ª semana de gestação](#). A decisão histórica teve 38 votos a favor e 29 contra, além de 1 abstenção.

Até então, o procedimento era permitido em caso de estupro ou risco de morte da mãe. Agora, a Argentina se torna o primeiro país grande da América Latina a legalizar a interrupção da gravidez. Na região, a prática já era autorizada em Cuba, Guiana, Guiana Francesa, Uruguai, Porto Rico, na Cidade do México e no estado de Oaxaca —no México, esse tipo de legislação é decidido em nível regional.

[Acesse na íntegra no site de origem.](#)

---

## Argentina fica a um passo de legalizar o aborto após aprovação pela Câmara dos Deputados

*Projeto de lei recebe 131 votos a favor da interrupção legal da gravidez até a 14ª semana, ante 117 contrários e seis abstenções. Proposta, que tem apoio do presidente, precisa passar pelo Senado*

[\(El Pais | 11/12/2020 | Por Mar Centenera\)](#)

“[Aborto](#) legal é no hospital!”. Depois de acompanhar o debate legislativo nas ruas por 20 horas, uma *maré verde* formada por milhares de manifestantes favoráveis à legalização do aborto na Argentina celebrou, nas ruas de Buenos Aires, a aprovação pela Câmara dos Deputados [do projeto de lei que autoriza a interrupção legal](#) da gravidez até a 14ª semana de gestação. A proposta, que tem o apoio do presidente [Alberto Fernández](#), recebeu 131 votos de deputados favoráveis à interrupção da gravidez, ante 117 contrários e seis abstenções, no início da manhã desta sexta-feira. Agora, o projeto ainda precisa passar pelo Senado argentino, que terá a palavra final.

É a [nona vez que um projeto de lei de interrupção voluntária da gravidez](#) tramita no Congresso argentino. Em 2018, a proposta foi aprovada pelos deputados —por 129 votos a favor e 125 contra—, mas derrotada no Senado.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

---

## **Com ministra feminista, Argentina dá lição no combate à violência doméstica**

[\(Universa | 25/05/2020 | Por Camila Brandalise\)](#)

O Ministério das Mulheres, Gênero e Diversidade da Argentina tem investido em diferentes ações para conter o aumento de violência doméstica durante a pandemia de Covid-19. Desde o início da quarentena, disponibilizou novos canais de informação e tem investido em ações que possam chegar diretamente nas vítimas, em um momento em que muitas estão confinadas com seus agressores.

À frente deste trabalho está a ministra Elizabeth Gómez Alcorta. Advogada e professora, ela tem 47 anos e diz não ser peronista nem kirchnerista —duas vertentes preponderantes da esquerda argentina. Desde que tomou posse, afirma seu compromisso no combate às violências de gênero e levanta outra bandeira relacionada aos direitos das mulheres, esta mais polêmica: é a favor da legalização do aborto e pressiona o governo para que uma lei autorizando a interrupção legal da gravidez seja aprovada ainda neste ano.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

---

## **“2020 será o ano do aborto legal, não temos dúvida quanto a isso, é irreversível que se torne lei”, diz María Florencia Alcaraz**

*Jornalista argentina autora do livro *iQué sea ley!* conta como estão sendo os preparativos para o 8 de Março no país e fala do compromisso do presidente com a pauta*



Fonte: [Agência Pública](#)

Por Andrea Dip

[\(Agência Pública, 06/03/2020 - acesse no site de origem\)](#)

A campanha pela descriminalização do aborto na Argentina tem se fortalecido, e a “onda verde” – que ficou conhecida assim pelo uso do pano verde como símbolo – tem ganhado as ruas do país há mais de dez anos. Fruto de muitos encontros, reuniões e assembleias entre diversas frentes do movimento feminista, o lema é “educação sexual para decidir, contraceptivos para não abortar, aborto legal para não morrer” e se refere principalmente

ao alto número de mortes de mulheres em abortos ilegais inseguros.

Em uma votação muito dividida em 2018 - 38 votos contra, 31 a favor e 2 abstenções -, o Senado rejeitou o projeto de lei que legalizaria a interrupção da gestação até 14 semanas em hospitais públicos e de forma gratuita para as mulheres. Mas para María Florencia Alcaraz, 2020 será o ano em que o movimento feminista argentino finalmente conquistará o aborto legal, seguro e gratuito.

***Leia também:*** [ESPECIAL: 8M: MULHERES LATINAS ENFRENTAM ONDA CONSERVADORA](#)

A jornalista, que é diretora do veículo feminista latino-americano [Latfem](#) e autora do livro ¡Qué sea ley!, falou à Agência Pública das preparações para os atos que ocorrerão no dia 8 de março no país e do compromisso firmado pelo presidente Alberto Fernández em encaminhar um projeto de lei do Executivo sobre o tema e citou exemplos de resistência em outros países da América Latina, especialmente os que vivem sob governos autoritários.

**Nós teremos agora os atos de 8 de Março. Como estão os preparativos na Argentina? Quem vai para a rua e quais são as pautas principais?**

Na Argentina, foram realizadas assembleias durante todo o mês de fevereiro, como vem ocorrendo ao menos desde 2016. As assembleias são o processo para construir as manifestações da “Ni una a menos”, que se tornaram massivas. Agora participam diferentes organizações da sociedade civil, como grupos feministas, de direitos humanos, políticos, partidos políticos, sindicatos, estudantes secundaristas e universitárias, mulheres lésbicas, travestis, mulheres trans e pessoas não binárias.

**Como se decidiram as pautas? Como são as assembleias?**

As assembleias são um espaço de discussão para acertamos as reivindicações e demandas e para definir o modo como iremos ocupar as ruas. É um processo para a greve internacional feminista do 8 de Março. Realizaram-se de três a quatro assembleias, aproximadamente. Em 8 de março, haverá algumas atividades no território e, no dia 9, uma mobilização até o Congresso, já que a principal pauta está relacionada ao aborto - o presidente

Fernández anunciou que irá enviar ao Congresso um projeto de lei do Executivo em relação a esse tema, que é algo urgente, uma dívida da democracia, um compromisso assumido pelo presidente em campanha. É necessário que o Congresso discuta rapidamente neste ano a interrupção voluntária da gravidez e que isso se transforme em lei na Argentina.

Além disso, iremos discutir a crise econômica que deixou o governo de Mauricio Macri, que deixou endividadas sobretudo as mulheres, as lésbicas, travestis e trans. Sabemos que, quando um país atravessa uma situação de pobreza ou crise, as mais afetadas por isso são as identidades feminizadas.

### **Como está a luta pela descriminalização do aborto na Argentina neste momento?**

2020 será o ano do aborto legal, não temos dúvida quanto a isso, é irreversível que se torne lei. Todas as forças do ativismo feminista fizeram muita pressão para isso. E há respostas da política: o presidente anunciar que irá enviar um projeto de lei é histórico, isso nunca havia ocorrido. Assim, unem-se estas duas forças: o ativismo feminista e a política tradicional. Isso pressiona o Senado a decidir a favor de vidas mais dignas para todas. Temos muita esperança que esse processo vá ter reflexos na América Latina, já que a Argentina será o país mais populoso a ter uma lei de aborto na região.

### **Você faz parte de várias articulações feministas transnacionais e edita o Latfem, que é um veículo que traz agendas de outros países da América Latina. Como você tem visto a articulação do movimento feminista nesses outros países para este 8 de Março? Quais são as pautas comuns?**

Vejo o processo latino-americano com muita admiração. O que está acontecendo no Chile, no México. No México, a cobertura da mídia sobre os feminicídios, que foi sexista, misógina e machista, despertou uma reação muito forte das feministas. A mídia compartilhou imagens de Ingrid Escamilla, que foi esquartejada. Em resposta, as feministas publicaram uma série de imagens de paisagens, fotos bonitas, para encher as redes sociais de imagens belas e tirar o foco das fotos de Escamilla esquartejada. O México vem de um processo de mobilização muito grande das feministas, sobretudo



desde o ano passado, pelo descontentamento em relação à falta de respostas do governo em um país onde há, ao menos, sete feminicídios por dia. A situação no México é muito encorajadora.

Na Colômbia também. Há pouco, a Corte Constitucional teve de tomar uma jurisprudência em relação ao aborto, porque havia uma possibilidade de retroceder em direitos que já estavam garantidos desde 2006. A Corte teve uma postura histórica e decidiu não dar lugar para a demanda antidireitos. Não se modificou a legislação vigente, e neste contexto em que vivemos, de muita reação fundamentalista e antidireitos, isso foi uma conquista para as colombianas, que se mobilizaram massivamente à porta da Corte, com música, alegria e reggaeton.

Na Argentina, o feminismo foi a principal oposição aos governos à direita, situação que está acontecendo em todo o continente. Foi assim com Trump, nos EUA: as primeiras a se mobilizarem foram as feministas. No Uruguai, onde a direita acaba de conquistar o governo, as feministas também se destacam como um movimento dinamizador da política e da oposição. No Chile, a performance das Las Tesis e a participação do ativismo feminista foram fundamentais para denunciar os abusos do Estado e inoperância do presidente Piñera ante uma situação de crise. No Brasil também houve grandes mobilizações contra Bolsonaro por grupos feministas.

Creio que os feminismos são a principal oposição aos governos de direita e fundamentalistas que temos na região neste momento. Isso porque estamos em uma situação em que há países que não têm estado de direito, como a Bolívia, e isso nos preocupa muito.

*Por Andrea Dip*

*Seja aliada da Pública*

*Faça parte do nosso programa de apoio recorrente e promova jornalismo investigativo de qualidade. Doações a partir de R\$ 10,00/mês.*

[apoie agora!](#)

---

# Argentina avança na garantia do direito ao aborto em casos de estupro

BUENOS AIRES - Mulheres e meninas na [Argentina](#) que desejem interromper uma gravidez gerada por estupro terão acesso ao [aborto](#) garantido, sob um novo protocolo anunciado na quinta-feira, 12, com o objetivo de reduzir o poder de decisão dos hospitais se devem ou não realizar o procedimento.

[\(Estadão, 13/12/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A lei argentina permite aborto em casos de [estupro](#) ou ameaça à vida ou saúde da mulher. Mas ativistas por direitos ao aborto afirmam que a lei nem sempre é aplicada no país, de maioria da população Católica Romana, além de que os hospitais têm muito poder na decisão de quais casos podem ser cobertos pela lei.

“O protocolo será usado como um guia, especialmente em casos onde a lei claramente permite a interrupção das gestações”, disse o novo ministro da Saúde, Ginés González García. Ele chegou ao cargo após a posse do novo presidente peronista, [Alberto Fernández](#), na última terça-feira.

“Nós respeitamos a objeção de consciência, mas objeção de consciência não pode ser usada como um alibi institucional para não seguir a lei”, acrescentou.

O grupo Anistia Internacional emitiu um comunicado comemorando o novo protocolo, que entrou em vigor nesta sexta. Somente o Uruguai, Cuba e Guiana legalizaram por completo o aborto na América Latina, de acordo com o Centro para Direitos Reprodutivos.

A região tem algumas das leis mais restritivas para aborto no mundo, com vários países, principalmente na América Central, que banem o procedimento sob qualquer circunstância.

O ex-secretário de Saúde da Argentina se demitiu no mês passado, após um protocolo que ele assinou que tinha como objetivo tornar o aborto mais acessível foi revogado pelo então presidente [Mauricio Macri](#), um conservador. Macri foi derrotado por Fernández na eleição presidencial de outubro.

Fernández já chegou a afirmar que ele é a favor do direito ao aborto. Propostas que aumentavam a disponibilidade do procedimento passaram pela Câmara e pelo Senado nos últimos anos, sem sucesso.

Ocorrem ao menos 350 mil procedimentos ilegais por ano na Argentina, de acordo com estimativas do Ministério da Saúde, mas organizações internacionais de direitos humanos afirmam que o número possa ser maior.

---

## **‘Nem Uma a Menos’: protesto contra o machismo em Buenos Aires reúne milhares**

*Manifestantes pediram o fim da violência de gênero e também protestaram contra política econômica do presidente da Argentina, Mauricio Macri.*

**[\(G1, 03/06/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

As manifestações contra o machismo “Nem uma a Menos” reuniram milhares de mulheres em Buenos Aires, nesta segunda-feira (3). A marcha passou pelas principais ruas da capital da Argentina até chegar à frente do Congresso Nacional argentino. É o [quinto ano consecutivo](#) que o protesto

toma as ruas da cidade.

Segundo o “Clarín”, as manifestantes pediram a legalização do aborto na Argentina e a inclusão de disciplinas sobre educação sexual nas escolas do país.



Protesto ‘Nem Uma a Menos’ reuniu milhares em Buenos Aires, Argentina (Foto: Emiliano Lasalvia/AFP)



Ativistas participam de movimento 'Nem uma a menos' em Buenos Aires (Foto: Agustin Marcarian/Reuters)



Protesto 'Nem Uma a Menos' reuniu milhares em Buenos Aires, Argentina

(Foto: Agustin Marcarian/Reuters)



Nora Cortinas (segunda à esquerda), co-fundadora das Mães da Praça de Maio, participa de manifestação ‘Nem Uma a Menos’ em Buenos Aires, Argentina (Foto: Emiliano Lasalvia/AFP)

Elas também se posicionaram contra o programa econômico do presidente [Mauricio Macri](#) e chamaram a dívida argentina com o [Fundo Monetário Internacional \(FMI\)](#) de “fraudulenta” e “ilegítima”.

Pelo Twitter, Macri afirmou que o movimento “iniciou uma mudança profunda na sociedade” e pediu aos poderes que “estejam comprometidos e trabalhando juntos pela igualdade e contra a violência de gênero”.

“Pedimos por uma Justiça que, com perspectiva de gênero, garanta punição a todos os culpados e que se repare as vítimas [de violência de gênero]”, disse.

*Ni Una Menos empezó un cambio profundo en nuestra sociedad. Para cumplir necesitamos que los tres poderes y cada nivel de gobierno estén comprometidos y trabajando juntos por la igualdad y contra la violencia de género.*

# Aborto abre caminho na campanha eleitoral argentina

*Partidários de legalizar a interrupção voluntária da gravidez apresentam novo projeto legislativo na Câmara dos Deputados, depois da derrota de 2018*

**[\(El País, 29/05/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

A maré verde pró-legalização do aborto voltou nesta terça-feira ao Congresso da Argentina disposta a batalhar neste ano eleitoral. Milhares de pessoas, na maioria mulheres e jovens, se concentraram à tarde na praça e nas ruas próximas ao edifício do Legislativo para acompanhar pela oitava vez a apresentação de um projeto de interrupção voluntária da gravidez. “Aborto legal no hospital”, gritava a multidão, agitando lenços verdes, entre cartazes com lemas como “tirem os seus rosários dos nossos ovários” e “Meninas, não mães”. [Em 2018, o Senado votou contra](#), mas a Campanha pelo direito ao aborto legal, seguro e gratuito - que aglutina mais de 500 organizações- decidiu mover as fichas de novo e assim obrigar os candidatos presidenciais a se posicionarem sobre um tema que divide o país.

“Neste ano que temos campanha eleitoral, o aborto tem que estar na agenda política e os candidatos e candidatas têm que se posicionar. Queremos que ao votar as pessoas saibam a posição deles”, diz a psicanalista Martha Rosenberg, uma das referências da campanha em favor do aborto legal. A iniciativa legislativa legaliza o aborto nas primeiras 14 semanas de gestação e estende o período em casos de estupro e risco à vida e/ou à saúde da mãe. Estas exceções nos prazos no projeto de lei são atualmente as duas únicas possibilidades em que é legal interromper voluntariamente uma gravidez.

Na Argentina, como em grande parte da América Latina, o aborto é crime. Mas [é um dos lugares em que é mais praticado](#) - cerca de mil mulheres abortam todos os dias no país - embora esteja sujeito a pena de prisão entre um e quatro anos. A criminalização não as impede, mas as obriga a abortar na clandestinidade e põe em risco milhares de vidas, tanto por recorrerem a métodos inseguros como pelo atraso na busca de ajuda médica caso surja um problema, por medo de serem presas. Na Argentina, cerca de 50.000 mulheres são hospitalizadas todos os anos por complicações decorrentes de um aborto. Em 2016, último ano com dados oficiais, 43 morreram dessa causa.

Victoria Donda, a primeira deputada signatária do projeto legislativo, argumenta que é “um pedido da sociedade que o Congresso volte a debater o projeto de Interrupção Voluntária da Gravidez, indo além de questões eleitorais ou numéricas”. Em uma coletiva de imprensa lotada no Congresso, Donda pediu aos legisladores que decidam se querem uma sociedade em que as argentinas continuem abortando na clandestinidade ou se vão finalmente reconhecer “essa dívida que a democracia tem com as mulheres”.

Os antiabortistas, porém, acreditam que a nova tentativa de reabrir o debate “ignora a opinião já expressa pelo Parlamento” e criticam seu anúncio como “um direito à eliminação de pessoas até as 14 semanas de gestação”. Envoltas em bandeiras e lenços azul-celeste, um grupo de pessoas se aproximou da Plaza dos Dois Congressos para demonstrar sua rejeição ao projeto. “Eu e meus amigos sentimos a necessidade de estar aqui hoje representando a vida”, diz Nélica Rodríguez, integrante da organização Amigos pela Vida. Rodríguez e companheiros posam com o boneco de um feto em miniatura diante de um cartaz em que está escrito “Com aborto não te dou meu voto”.

“Hoje, na Argentina, fazer um aborto seguro depende de ter o dinheiro e do lugar onde você vive. Se você tem dinheiro, além da garantia de saúde, você tem também a do segredo”, diz Carla López, estudante do ensino médio que este ano vai votar pela primeira vez. “O meu voto vai depender da posição sobre o aborto, espero que o de minhas amigas também”, diz esta adolescente com corações e listras desenhadas com purpurina verde no



rosto. “Não temos tempo para esperar porque mulheres continuam morrendo”, concorda sua amiga Jimena. A última vítima foi uma mulher de 32 anos, mãe de três filhos, que morreu há três dias em um hospital no nordeste da Grande Buenos Aires depois de um aborto inseguro.

A divisão social e interpartidária que a questão do aborto legal provoca acaba indo contra a reabertura do debate em meados do ano eleitoral. Restam apenas três meses para o primeiro grande evento eleitoral nacional, as primárias simultâneas para todos os partidos. No entanto, a Argentina ganhou com esforço sua reputação de imprevisível, por isso ninguém considera que a porta esteja fechada de todo.

“A apresentação tem a ver com o fato de que há sempre um projeto atual para que, quando houver oportunidade, seja debatido”, destaca a deputada macrista Silvia Lospennato, favorável à legalização do aborto. “Mas acho que este ano temos a mesma composição e, portanto, a possibilidade de que o resultado seja o mesmo”, acrescenta Lospennato, que é a favor de esperar até a próxima legislatura.

Nas eleições de 2015, o aborto foi deixado de fora da agenda em discussão, embora os dois candidatos que se enfrentaram no segundo turno, o conservador Mauricio Macri e o peronista Daniel Scioli, fossem contra a legalização.

Já como presidente, Macri manteve sua posição. Ele se declara “a favor da vida”, o que deve ser lido como contra o aborto legal. No entanto, foi o primeiro chefe de Estado argentino que propiciou o debate legislativo e antecipou que não iria vetar a lei se fosse aprovada pelos legisladores.

O peronista Alberto Fernández, o principal rival de Macri na corrida presidencial, aposta na via intermediária, que goza de maior consenso social, a descriminalização. “No momento, me parece que não deveria ser um crime e que poderíamos começar a trabalhar sem a necessidade de avançar tão rapidamente na legalização, porque a legalização é uma questão que divide os argentinos”, disse ele na semana passada em sua primeira aparição como candidato de uma fórmula em que o acompanha na chapa, como vice-presidente, a ex-presidenta Cristina Fernández de Kirchner.

Entre os demais candidatos presidenciais, as posições diferem. O peronista Sérgio Massa é a favor da descriminalização do aborto, assim como o ex-governador de Salta Juan Manuel Urtubey. Já o ex-ministro da Economia Roberto Lavagna se declara “pessoalmente contra”, mas propõe uma consulta popular. Nicolás del Caño, candidato do Partido dos Trabalhadores Socialistas, é o único que defende sem rodeios a legalização.

A discussão argentina é seguida fora de suas fronteiras por seu potencial impacto regional no continente mais restritivo do mundo. Até agora, só países pequenos como Cuba, Uruguai e Guiana têm leis de prazos semelhantes à apresentada na Argentina. Seja este ano ou sob o mandato do próximo presidente, tudo conduz para a reabertura do debate.

*Mar Centenera*